

Na instalação, PT vai querer Sarney interino

São Paulo — O Partido dos Trabalhadores deverá pedir, na instalação da Constituinte, no domingo, que a Assembleia Nacional decrete como "provisório" o governo do presidente José Sarney, até que o novo Congresso decida a duração de seu mandato. A decisão foi tomada quarta-feira pelo diretório nacional do partido, numa votação aberta em que o próprio presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, foi derrotado.

A proposta vitoriosa do deputado federal eleito, José Genoíno, de declarar provisório o governo Sarney, foi levantada, na medida em que já existe, por parte do PMDB, uma sugestão oposta, de tentar legitimar o atual mandato presidencial antes mesmo de decidir sobre a sua duração. Na mesma reunião, o PT decidiu ainda que irá propor, também, na discussão da regulamentação da Constituinte, o referendo popular, o unicameralismo, com a extinção do Senado, e que decidiu que seus deputados deverão jurar com ressalvas o compromisso de praxe realizado no início dos trabalhos congressuais.

O Partido dos Trabalhadores, na verdade, tem como posição unânime em seu diretório nacional, assim que a Constituinte seja aprovada — pelo Congresso e pela população — a convocação imediata de eleições diretas para presidente da República. A proposição do deputado José Genoíno, inclusive, não se interpõe a essa postura que deverá ser ratificada como posição oficial.

A intenção de Genoíno, ao propor a "provisoriabilidade" do atual governo entretanto, é a de impedir a "legitimação de Sarney, que, depois "de instalada a Constituinte, será o único biônico com cargo no país". A proposta encontrou resistência dentro do partido, por exemplo, do jurista Hélio Bicudo, que a considerou como "óbvia". Genoíno, aliado a outras personalidades do partido, como o deputado Olivio Dutra, conseguiu aprovar sua proposta, derrotando Lula e Bicudo.

Por sugestão da comissão constitucional, o PT deverá propor ainda que, na regulamentação da Constituinte, sejam abolidas as atuais leis do chamado "entulho autoritário", como a Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, Lei de Imprensa e que o Poder Executivo fique impedido de se utilizar de decretos-leis. Também ficou acertado que a bancada petista na Constituinte deverá reivindicar que o atual Congresso possa ainda ter a iniciativa sobre questões econômicas e financeiras que lhe é atualmente vedada.

Este último destaque, de autoria do advogado Luis Eduardo Grenhalgh, tem como objetivo tático inserir uma brecha na regulamentação da Constituinte que permita, mais tarde, a aprovação de uma emenda determinando a suspensão do pagamento da dívida externa.

